

**LEI ORDINÁRIA Nº 2290/2021**

Súmula: “Dá denominação a Logradouro Público que especifica.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu, nos termo do art. 37, VII, h, do Regimento Interno e art. 34, IV, da Lei Orgânica Municipal, **PROMULGO** a seguinte

**LEI**

Art. 1º Fica denominada Rua Dorvalina Roberto Misael, o atual trecho da Rua São Félix, com início na Travessa Nadia Hanenchechen Castorino e término na esquina com a Rua São João.

Art. 2º Fica denominado Travessa José Mizael, com início na Rua São Bento. Próximo ao nº 515 e término no lote 34 quadra 27.

Art. 3º Fica denominada Travessa João Pedro Gonçalves, com início na Travessa José Mizael e término no lote 12 quadra 28 B.

Art. 4º Fica denominada Travessa Nadia Hnenchechen Castorino, com início na Rua Dorvalina Roberto Misael e término na Rua São Bento próximo ao nº 387.

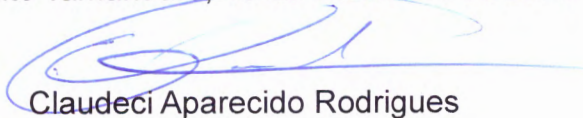
Art. 5º Fica denominado Rua São Sebastião, o trecho com início no lote 28 quadra 27 e término no entroncamento com a Av. São João.

Art. 6º Fica denominada Travessa Francisco Severino da Silva, com início no nº 1199 da Rua São Paulo e término no lote 07 quadra 48.

Art. 7º Fica denominada Travessa Evanilde Pinto Medeiro, o atual acesso iniciando na Rua São Bento próximo ao nº 325 e término no lote 20 quadra 49.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Almirante Tamandaré, 13 de dezembro de 2021.

  
Claudeci Aparecido Rodrigues  
Presidente

**LEI ORDINÁRIA Nº 2290/2021**

Súmula: “Dá denominação a Logradouro Público que especifica.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu, nos termo do art. 37, VII, h, do Regimento Interno e art. 34, IV, da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO a seguinte

**LEI**

Art. 1º Fica denominada Rua Dorvalina Roberto Misael, o atual trecho da Rua São Félix, com início na Travessa Nadia Hanenchechen Castorino e término na esquina com a Rua São João.

Art. 2º Fica denominado Travessa José Mizael, com início na Rua São Bento. Próximo ao nº 515 e término no lote 34 quadra 27.

Art. 3º Fica denominada Travessa João Pedro Gonçalves, com início na Travessa José Mizael e término no lote 12 quadra 28 B.

Art. 4º Fica denominada Travessa Nadia Hnenchechen Castorino, com início na Rua Dorvalina Roberto Misael e término na Rua São Bento próximo ao nº 387.

Art. 5º Fica denominado Rua São Sebastião, o trecho com início no lote 28 quadra 27 e término no entroncamento com a Av. São João.

Art. 6º Fica denominada Travessa Francisco Severino da Silva, com início no nº 1199 da Rua São Paulo e término no lote 07 quadra 48.

Art. 7º Fica denominada Travessa Evanilde Pinto Medeiro, o atual acesso iniciando na Rua São Bento próximo ao nº 325 e término no lote 20 quadra 49.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Almirante Tamandaré, 13 de dezembro de 2021.

**Claudeci Aparecido Rodrigues**  
**Presidente**

**Publicado por:**  
Caroline Schoffen  
Código Identificador:42BB926D



## PROJETO DE LEI Nº 056/2021

Súmula: da Denominação á Logradouro  
Público que especifica:

O Vereador Roque Luiz, no uso de suas atribuições, representando a Câmara  
Municipal de Almirante Tamandaré, submete á apreciação do plenário  
A seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada **Rua Dorvalina Roberto Misael**, o atual trecho da  
**Rua São Félix**, com início na **Travessa Nadia Hanenchechen Castorino**  
E término na esquina com a **Rua São João**.

Art. 2º. Fica denominado **Travessa José Mizael**, com início na **Rua São Bento**  
Próximo ao nº **515** e término no lote **34** quadra **27**.

Art. 3º. Fica denominada **Travessa João Pedro Gonçalves**, com início na  
**Travessa José Mizael** e término no lote **12** quadra **28 B**.

Art. 4º. Fica denominada **Travessa Nadia Hnenchechen Castorino**, com início na  
**Rua Dorvalina Roberto Misael** e término na **Rua São Bento**  
próximo ao nº **387**.



ESTADO DO PARANÁ

Art. 5º. Fica denominado **Rua São Sebastião**, o trecho com início no lote **28** quadra **27**

E término no entroncamento com a **Av. São João**.

Art. 6º. Fica denominada **Travessa Francisco Severino da Silva**, com início

No nº **1199** da **Rua São Paulo** e término no lote **07** quadra **48**.

Art. 7º. Fica denominada **Travessa Evanilde Pinto Medeiro**, o atual acesso iniciando

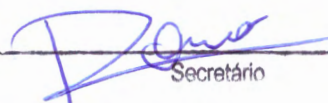
Na **Rua São Bento** próximo ao nº **325** e término no lote **20** quadra **49**.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições

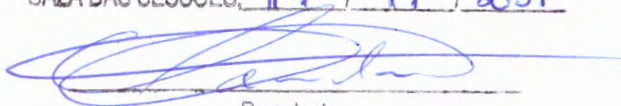
Em contrário.

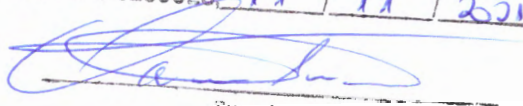
LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

DIA 26 / Outubro / 2021

  
Secretário

Almirante Tamandaré, 21 de Setembro de 2021.

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO  
POR UNANIMIDADE  
SALA DAS SESSÕES, 11 / 11 / 2021  
  
Presidente

APROVADO EM REDACÃO FINAL DISCUSSÃO  
POR DISPENSA  
SALA DAS SESSÕES, 11 / 11 / 2021  
  
Presidente


  
Vereador Roque Luiz.



## Justificativa

Senhores Vereadores

- 1 – O presente Projeto de Lei, tem como objetivo denominar as vias pública em  
Determinada área do Bairro Jardim Monte Santo, localizado neste Município.
- 2 – Ressaltamos que a escolha dos nomes levou em consideração o exemplo de vida que eles  
Deram enquanto vivos; tendo sido eles seguidores dos princípios da humildade, da  
Honestidade e do trabalho, base de conduta para qualquer cidadão exemplar; sendo todos  
Queridos nas comunidades em que viveram.
- 3 – Ressaltamos, também, que a denominação das ruas desta área do Bairro nunca foi legalizada,  
Necessitando de denominações para que não sejam estabelecidos irregularmente pela  
População local, sem a devida legalização por parte do poder público.
- 4 – Ressaltamos, ainda, que devido à falta de legalização das denominações das ruas desta área  
Do Bairro Jardim Monte Santo, além da dificuldade apresentada pelos moradores no  
Recebimento de correspondências bem como produtos adquiridos entre outros, também o  
Departamento Municipal responsável, está tendo problemas para cadastramento dos imóveis  
No mencionado Bairro.
- 5 – Achando válidas as homenagens encaminhado à apreciação de meus pares, e nesse sentido,  
Solicito a aprovação da referida proposição.

  
Vereador Roque Luiz.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

JOÃO PEDRO GONÇALVES

Matrícula

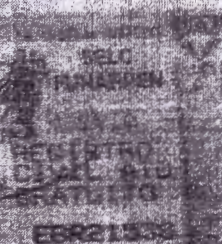
084103 01 55 2013 4 00046 177 0015772 87

Sexo <b>Masculino</b>	Cor <b>Branca</b>	Estado civil e idade <b>Casado, 69 anos **</b>
Nacionalidade <b>Reserva, Estado do Paraná **</b>		Documento de identificação <b>4789 520-0/SSP/PR **</b>
Filiação e residência <b>JOSE SATURNINO DOS SANTOS e DURVALINA GONÇALVES, residente e domiciliado Rua Vicente Martins de Santos, 52, Jardim São Francisco, em Almirante Tamandaré, Estado do Paraná **</b>		
Data e hora do falecimento <b>Vinte e um de agosto de dois mil e treze, às 18:40min **</b>		Dia <b>21</b>
		Mês <b>08</b>
		Ano <b>2013</b>
Local do falecimento <b>Hospital Nossa Senhora do Rocio, em Campo Largo, Estado do Paraná **</b>		
Causa <b>choque refratário (R57.9), choque séptico (A41.9), ICC descompensada (I50.0), insuficiência aórtica (I24.8), DPOC tabágico (J44.9) **</b>		
Sepultamento / Cremação: Município e cemitério, se conhecido <b>Cemitério Municipal da Sede, Tranqueira, Almirante Tamandaré-PR **</b>		Decorrente <b>ROSENILDA GONÇALVES **</b>
Nome e número de documento do médico que atestou o óbito <b>Dra. Larissa Piasecki, CRM nº 23748 **</b>		
Observações / Avertações <b>Pela declarante foi-me dito, que o falecido não deixou bens a inventariar e nem testamento, e que o mesmo não era eleitor. Deixou a mulher GEORGINA CEZARINO GONÇALVES e oito (8) filhos maiores de idade de nomes: LUIZ CARLOS, SEBASTIÃO, NELZA, DARCI, JOÃO NERI, ROSELI e ROSENILDA. Apresentado a Declaração de Óbito do Ministério da Saúde nº 18298271-8, CPF/MF nº 471.655.379-53, Certidão de Casamento Nº 1358, Folhas 168V, Livro B-8, lavrada no Cartório de Registro Civil, Candido de Abreu-PR. Custas: Iseritas (Face a Lei Federal 9.534/97) **</b>		
Nome do Óbito <b>Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas</b>		
Cargo Profissional <b>Sócrates Semiquen - Oficial Designado</b>		
Município e Comarca de Campo Largo - Estado do Paraná		
Endereço <b>Rua Dom Pedro II, 1537, CEP: 83.501-160 - Fone: (41)3393-3782</b>		

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé

Campo Largo-PR, 23 de agosto de 2013

Sócrates Semiquen  
Oficial Designado





Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar os Projetos:


- Projeto de Lei **056/2021** de autoria do Poder Legislativo Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor **Roque Luiz**, com a seguinte súmula:

**“DA DENOMINAÇÃO Á LOGRADOURO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.”**

Após análise do projeto acima citados, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente as suas aprovações, encaminhando-os para os trâmites normais.



Nilson Guimarães  
Presidente



Ferrugem  
Membro



Polaco  
Vice-Presidente



qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Em que pese ausente em nosso município qualquer requisito forma, trago como parâmetro o disposto na Lei 8.670/1995 do Município de Curitiba, que traz os seguintes requisitos:

Art. 3º A nomenclatura ou denominação de bens públicos obedecerá às seguintes regras:

I - as denominações não devem ser extensas;

II - não devem ser repetidas;

III - não devem conter nome de pessoa viva;

IV – (revogado)

V - referindo-se a fato histórico, este deverá ter ocorrido há mais de 25 (vinte e cinco) anos;

VI - devem guardar, tanto quanto possível, as tradições locais e lembrar figuras, fatos e datas representativas da história local, nacional ou geral;

VII - não devem lembrar fatos incompatíveis com o espírito de fraternidade universal;

VIII - não será permitida a designação com nomes de pessoas jurídicas, de associações ou crenças religiosas, partidos políticos ou com nomes de produtos visando finalidade propagandística;

IX - não será permitida mais de uma denominação oficial para o mesmo bem público;

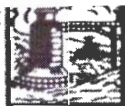
X - não será permitida a identificação de bens públicos de uso especial com a mesma denominação ou nomenclatura utilizada para a identificação de bens públicos de uso comum e vice-versa.

XI - as placas de Ruas, Avenidas, Alamedas e Travessas com denominação de nomes próprios, implementadas a partir da publicação da presente lei, deverão constar a biografia resumida do homenageado;

XII - a biografia que trata o inciso anterior, poderá ser implantada através da ferramenta Código QR.

Ainda, quando se tratar de homenagem à pessoa falecida, a referida Lei traz como requisitos:

Art. 5º A proposição que vise denominar bens públicos com nome de pessoa, deverá, obrigatoriamente, ser instruída com justificativa escrita, firmada pelo autor, dela devendo constar:



I - a biografia da pessoa homenageada, com dados suficientes para evidenciar seus méritos nos campos da educação, cultura, ciência, letras e artes, política, atividade empresarial, profissional ou filantrópica, ou ainda, em outra forma de atividade humana que, em se tratando de denominação de bem de uso especial, deverá guardar íntima relação, através de atos praticados ou profissões exercidas, com a finalidade a que se destina o uso do bem público a ser nominado;

II - data de falecimento da pessoa homenageada, comprovada por certidão do registro público competente, exceto quando a pessoa homenageada se trata de:

Dos autos do processo administrativo encaminhado encontram-se as certidões de óbito das pessoa homenageadas, porém não há biografia individualizada de cada um, limitando-se o autor a afirmar que *"ressaltamos que a escolha dos nomes levou em consideração o exemplo de vida que eles deram enquanto vivos; tendo sido eles seguidores dos princípios da humildade, da honestidade e do trabalho, base de conduta para qualquer cidadão exemplar; sendo todos queridos nas comunidades em que viveram"*

Entretanto a análise da suficiência das justificativas apresentadas compete a cada vereador, dentro de sua margem discricionária.

Portanto, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. ressalvados os apontamento acima, favorável a tramitação do projeto em comento.

## 2.2. Do Quórum

Para aprovação do Projeto de Lei em análise será necessário o voto favorável da **maioria simples**, ou seja, aquela composta pela maioria de votos, presente o número mínimo de vereadores para deliberar (art. 43, §3º, a, do RI), em **turno único de discussão e votação**, conforme previsão do art. 186, I, do Regimento Interno.

Ainda, com fundamento no art. Art. 206, do Regimento Interno, deverá ser utilizada a **votação simbólica**.

É importante ressaltar que o Presidente da Mesa Diretora somente votará em caso de empate, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno.

## 2.3. Das Comissões Permanentes

Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 76, §3º, V do RI) e de Obras e Serviços Públicos (art. 78, VI do RI).



### III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº. 056/2021.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais. Isso quer dizer que, embora juridicamente viável, o projeto pode ser considerado politicamente inadequado, dentro da discricionariedade de cada Edil.

Almirante Tamandaré, 10 de novembro de 2021.

**Bruno Juvinski Bueno**  
Advogado

# CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR

RUA PRÍNCIPE DAUTERIVE, Nº 106, CENTRO 14111-1407-2754  
MUNICÍPIO E COMARCA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ  
JULIO CESAR BUSCARINI - OFICIAL

LIVRO C-010

FOLHA 271

TERMO 004599

## CERTIDÃO DE ÓBITO Nº 4599

CERTIFICO que, do livro, folha e termo citados, de ASSENTOS DE ÓBITOS deste Ofício, consta que, foi lavrado no dia 03 de novembro de 2005, o assento do óbito de:

### NADIA HNENCHECHEN CASTORINO

falecida no dia dois de novembro de dois mil e cinco (02/11/2005), às quinze horas e trinta e cinco minutos (15:35h), no Hospital Nossa Sra da Conceição, em Almirante Tamandaré-PR, do sexo feminino, de profissão DO LAR, de Estado civil casada, natural de Prudentópolis-PR, residente e domiciliada à Rua São Bento, nº 51, Jd Monte Santo, em Almirante Tamandaré-PR, com sessenta (60) anos de idade, nascida aos vinte de janeiro de um mil, novecentos e quarenta e cinco (20/01/1945). Filha de FREDERICO HNENCHECHEN e ANA HNENCHECHEN, naturais deste Estado e falecidos.

Poi declarante: ADILSON DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, natural deste Estado, encapador, portador da C.T. nº 77787755/PR, residente e domiciliado à Rua São Bento, 51, Jd Monte Santo, neste Município. Sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. MARCELO M DA SILVA, CRM nº 21973, dando como causa da morte: insuficiência respiratória aguda, cataplexia/acidose metabólica, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, obesidade e sepultamento será realizado no Cemitério Municipal desta Cidade. Apresentou-me a declaração de óbito nº 006880599, CPF/ME nº 031.845.269-33, C.T. nº 66298310 SSP/PR, Certidão de Casamento, Número 2518, Folhas 287, do Livro nº 12, lavrada no CARTÓRIO DISTRITAL DE NATINGUI, ORTIGUEIRA-PR.

Observação: Pelo declarante foi-me dito, que a falecida não deixou bens a inventariar e nem testamento, e que a mesma era eleitora. Deixou esposo NIVALDO CASTORINO e 5 (cinco) filhos, ADILSON, ELZA, LUIZ CARLOS, LISMERI e MARLENE.

O referido é verdade e dou fé.

Almirante Tamandaré, 03 de novembro de 2005.

Claudia Anderson de Barros Teixeira  
Escrivente



0013PR00003283

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR  
JULIO CESAR BUSCARINI  
OFICIAL

REGISTRO CIVIL  
GRATUITO  
AVZ75853

Registro de Pessoas Naturais

CARTÓRIO  
04R  
RAUEN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome

## EVANILDE PINTO MEDEIRO

CRT 074 788 799-49

Matrícula

061786 01 55 2021 4 00038 005 0010033 11

Sexo	Raça	Idade e estado
Feminino	Branca	Casada, 74 anos **
Residência		Endereço de residência
Araucária SC **		3.896.759-2/SSP/PR **

ANTONIO MANOEL PINTO e MARIA BATISTA PINTO, ambos falecidos. A falecida era domiciliada, a Rua São Bento, 294, Jardim Monte Santo, em Almirante Tamandare-PR \*\*

Óbito de idade de dois mil e vinte e um, às 21h 30min \*\*

Hospital de Reabilitação a Rua Quintino Bocaiuva, 329, Gabral, em Curitiba-PR \*\*

Insuficiência respiratória, COVID 19 \*\*

Enterrado em Cemitério Valiceno - Almirante Tamandare/PR \*\*

Declarante  
ROSELI MEDEIRO VARELLA \*\*

Dr. Leonardo Bassani, CRM nº 37455 \*\*

Falecida em 07 de outubro de 1948. Pelo declarante foi-me dito, que a falecida deixou bens a inventar, sabendo que a mesma era eleitora. Deixou o marido MARTIM LUIZ MEDEIRO as maiores: NOELI MEDEIROS MARQUES com 58 anos, ABRAHAO MEDEIROS com 55 anos, LUIZ MEDEIRO com 52 anos, ROSELI MEDEIRO VARELLA com 51 anos, JOEL MEDEIROS e MARTA MEDEIROS com 41 anos. Apresentado a Declaração de Óbito do Ministério da Saúde nº 0010033-11, Livro de Casamento Nº 26, Folhas 26, Livro B-1, lavrada no CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL ARQUEUS-PR Custas Isentas (Lei Federal 9.534/97) \*\*

Tipos de documento	Número	Data expedição	Órgão expedidor	Data
R13	3.896.759-2	22/05/2014	SSP/PR	
Tipos de documento	Número	Zona/Seção	Município	
Tipos de óbito	032779030638	171/0190	Almirante Tamandare	
CEP residência	63.301-300		Grupo Sanguíneo	

A autenticidade de cada registro aqui não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. De

Almirante Tamandare-PR, 05 de maio de

Arthur Emílio Leopoldo Costa Junior

Arquiteto de Almirante Tamandare/PR - Comércio da Região

Proprietário de Curitiba - Paraná

Dr. Frederico West, nº 75, sala 06, Centro

CEP: 63.301-040 - Fone: (41) 3699-1481